

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS CONTRATADOS SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PREÂMBULO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO COMPREENSIVO PARA OS 72 VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO QUADRO DE FROTA DESTA FUNDAÇÃO FLORESTAL, DISPONIBILIZADOS PARA USO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÕES E PARQUES ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº E - 47/2016

PROCESSO nº 341/2016

OFERTA DE COMPRA nº 261101260452016OC00130

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br; www.bec.fazenda.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 07/06/2016.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/06/2016 às 09:00 horas.

O Senhor José Toledo Marques, Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, usando a competência delegada pelos artigos 3º do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta Fundação, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** – Processo nº FF 341/2016, objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COMPREENSIVO PARA OS 72 VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO QUADRO DE FROTA DESTA FUNDAÇÃO FLORESTAL, DISPONIBILIZADOS PARA USO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÕES E PARQUES ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o regime de **empreitada por MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo a Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, CC-52, de 26/11/09, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei estadual nº. 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.bec.fazenda.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

I. DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COMPREENSIVO PARA 62 (SESSENTA E DOIS) VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DA FUNDAÇÃO FLORESTAL**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este edital como Anexo I.

2. As características dos veículos constam nas planilhas – Anexo I – Termo de referência do Edital.

II. DA PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

1.1.O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico, realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

1.2.As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis nos endereços eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.bec.fazenda.sp.gov.br.

2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

4. Cada representante credenciado, poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal previsto

na alínea “f”, do subitem 9, ambos do item V deste edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

III - DAS PROPOSTAS

1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, na opção PREGAO – ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

2. Os preços unitários e total para a prestação dos serviços será ofertado no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do subitem 4 deste item III, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços e fornecimento dos bens objeto da presente licitação.

2.1. Proposta apresentada por cooperativa de trabalho deverá discriminar os valores dos insumos, especialmente os dos serviços sobre os quais incidirá a contribuição previdenciária que constitui obrigação da Administração contratante, observadas as disposições do subitem 2.3 do item V e do subitem 1.1 do item X deste Edital

3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

4. A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes na data prevista para apresentação da proposta em sessão pública, que será considerada a data de referência de preços.

IV - DA HABILITAÇÃO

1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei no 5.452, de 1/5/1943 e em conformidade com a Lei Federal no 12.440 de 07/07/2011.

1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 1.4.1 Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem quantitativos razoáveis, assim considerados 50% (cinquenta por cento) a 60% (sessenta por cento) da execução pretendida, sendo que a referida comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante (Súmula nº 24 – TCE).

a) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- Prazo contratual, datas de início e término;
- Local da prestação dos serviços;
- Natureza da prestação dos serviços;
- Quantidades executadas;
- Caracterização do bom desempenho do licitante;
- Outros dados característicos; e,
- A identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário.

b) Documento expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, comprobatório de que a licitante está autorizada a operar seguro.

c) Declaração da licitante de que está em situação regular perante a SUSEP, e em dia com suas reservas técnicas e de sinistros.

d) Declaração da licitante relativa às suas condições de seguro registradas na SUSEP, especialmente no que toca aos seguintes benefícios: guincho, assistência para falha mecânica, elétrica, chaveiro e falta de combustível.

1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

1.5.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, conforme Anexo III atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº 42.911, de 06/03/1998;

b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei estadual nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1999;

c) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado).

d) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

1.5.2. Termo de Ciência e Notificação subscrito por representante legal da licitante (Anexo IV), elaborada em papel timbrado, atestando que estão cientes e notificados para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

V- DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

1. No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) **que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.**

2.1.1. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

2.3. O eventual desempate de propostas do mesmo valor, será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

4. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de:

Item 01: R\$ 200,00 (duzentos reais)

Aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

4.1.1.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço total da proposta.

4.2. A etapa de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos.

4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.2.

5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

5.1. Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado por licitante.

6. Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas nas condições do subitem 6.1.

6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e

empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5 mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

8. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salário praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas (BDI).

8.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constante do e-CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item IV deste edital;

b) Caso os dados e informações existentes no CAUFESP, não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.

b.1.) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do chat BEC, ou por *e-mail*: licitacoes@fflorestal.sp.gov.br, durante a realização da sessão.

c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", deste subitem 9, serão apresentados, obrigatoriamente, por meio do chat BEC ou por

e-mail: licitações@fflorestal.sp.gov.br., os documentos a que se refere os subitens 1.5.1, do item IV, deste edital, bem como o subitem 1.3 e 1.4 do mesmo item IV.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b” ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 9. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no Núcleo de Licitações, Contratos e Compras, sito à Rua do Horto nº 931 – Prédio 2 – 1º Andar – Horto Florestal – São Paulo (entrada pela Av. Luiz Carlos Gentile de Laet altura do nº 600) , Capital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

f) Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas “a” a “e” do item IV deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará as demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile, ou por outro meio eletrônico.

10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do subitem 9 deste item V, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. A comprovação de que trata o subitem 10 deste item V deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débito, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do momento que a licitante for declaradas vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do subitem 9 , a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V.

13. Por ocasião da retomada da sessão, o pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 11.

14. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 a 13, deste item V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 do mesmo item V, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

VI - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

2. Havendo a interposição de recurso na forma indicada no subitem 1 deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, no Núcleo de Licitações, Contratos e Compras, sito à Rua do Horto nº 931 – Prédio 2 – 1º Andar – Horto Florestal – São Paulo (entrada pela Av. Luiz Carlos Gentile de Laet altura do nº 600), nesta Capital.

2.1 Os memoriais de recurso e as contra razões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no Núcleo de Licitações, Contratos e Compras, sito à Rua do Horto nº 931 – Prédio 2 – 1º Andar – Horto Florestal – São Paulo (entrada pela Av. Luiz Carlos Gentile de Laet altura do nº 600), nesta Capital, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

3. A falta da interposição na forma prevista no subitem 1 deste item importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

4. Decididos os recursos e constatados a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. A adjudicação será feita totalidade do objeto.

7. Se a vencedora da licitação for cooperativa de trabalho, deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitário e total para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.

7.1. Para apuração dos novos preços deverá ser expurgado o acréscimo indicado no subitem 2.3, do item V, deste Edital e o resultado da soma do novo preço total com o valor do acréscimo expurgado deverá ser igual ao valor total final obtido no certame;

7.2. Esses novos preços serão lançados pela cooperativa no próprio sistema do pregão eletrônico.

7.3. Se a cooperativa deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 7, deste item VI, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitário e total finais válidos para a contratação, serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, sobre o preço unitário ofertado na referida proposta, observado ainda, o disposto no subitem 7.1 deste item VI.

VII- DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no edital.

3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a

conclusão válida da sessão pública ou do certame.

VIII. DA VISTORIA

1. Recomendamos a vistoria, porém, não é obrigatória, ficando isenta de posteriores reclamações por parte dos licitantes.
2. Caso a empresa queira fazer a vistoria (FACULTATIVA), deverá entrar em contato os Srs. Marcelo, no **Setor de Transportes e agendar previamente, através do telefone: (11) 2997.5004.**
3. Na vistoria será permitida a participação de representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou credenciados pelas empresas interessadas.
4. A Fundação Florestal/ Setor de Transportes não fornecerá atestado de vistoria.

IX - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência deste Edital e terá início após a assinatura do Termo de Contrato, com vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.
 - 1.1 A Contratada deverá executar os serviços licitados de acordo com as especificações deste Edital e de seus Anexos.
2. No interesse da Administração, e nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal de Licitações e Contratos, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.
 - 2.1 Para a celebração do contrato, a adjudicatária deverá comprovar necessariamente: (a) mediante certidão atualizada da SUSEP, que está em dia com suas reservas técnicas e de sinistro; e (b) mediante cópia das condições de seguro registradas na SUSEP, suas condições de sinistros, contendo, entre outros, benefícios relativos a guincho, assistência para falha mecânica, elétrica e falta de combustível.
3. Quando da conclusão, caso os produtos/serviços não sejam executados a contento, não serão eles aceitos. A par disso, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da comunicação, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Edital, pela Lei de Licitações e Contratos nº. 8.666/93, alterada pelas Leis Federais nº. 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98 e 9.854/99, inclusive a Lei nº 10.520/02, que rege o pregão, bem como

por toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.

X. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

1. O pagamento do prêmio será realizado mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil, sendo que a data de exigibilidade do referido pagamento será estabelecida, observadas as seguintes condições:

a) o pagamento será realizado em 1 (uma) única parcela, paga em 30 dias após o recebimento da apólice, devidamente atestada pelo gestor responsável, e encaminhada ao Setor de Despesas da Fundação Florestal, situado à Rua do Horto, nº 931 – Prédio 2 – 1º andar – Horto Florestal – SP.

b) O pagamento será em moeda corrente nacional (Real).

2. A medição será realizada observadas as condições estabelecidas no contrato, cuja respectiva minuta constitui o Anexo V deste Edital.

XI. DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS

1.1. O pagamento do prêmio será realizado mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil, sendo que a data de exigibilidade do referido pagamento será estabelecida, observadas as seguintes condições:

a) em 30 dias, contados da data da emissão da apólice, atestada pelo gestor desta Fundação Florestal, e encaminhada ao Setor de Despesas da Fundação Florestal, situado à Rua do Horto, nº 931 – Prédio 2 – 1º andar – Horto Florestal – SP.

2. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento, e inexistência de débitos junto ao sistema da Seguridade Social INSS (art.195 da C.F.) e inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia – FGTS.

3. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

4. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “*pro rata tempore*” em relação ao atraso verificado.

5. Os preços permanecerão fixos e irredutíveis.

XII - DA CONTRATAÇÃO

1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo V.

1.1. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com Efeitos de Negativa, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 3 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

1.3. Constitui condição para a celebração da contratação a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL” e a inexistência de registro no site de sanções administrativas, os quais deverão ser consultados por ocasião da respectiva celebração.

2. A adjudicatária deverá, no prazo de 02 (dois) dias corridos contado da data da convocação, comparecer à Rua do Horto, nº 931 – Prédio 2 – 1º andar – Horto Florestal – São Paulo/ SP CEP 02377-000, para assinar o termo de contrato.

3. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 e 11, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, do subitem “9”, todos do item V ou, ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que tratam os subitens 1.1 e 1.3, ambos deste item XI, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

3.1. Essa nova sessão será realizada em prazo, não inferior a 8 (oito) dias úteis, contado da divulgação do aviso.

3.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “e-negociospublicos”.

3.3 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 7 a 10 do item V e subitens 1, 2, 3, 4 e 6 do item VI, todos deste Edital.

4. O contrato será celebrado com duração de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

5. A execução dos serviços deverá ter início, a contar da data da assinatura do contrato emitida pelo Gestor do Contrato nomeado pela Contratante.

XIII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP10 de 19 de novembro de 2002.

2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SMA nº 57/13, de 12/07/2013, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no sitio www.sancoes.sp.gov.br.

XIV - DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 9º, inciso X, da Resolução CEGP-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro, e equipe de apoio.

3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "enegociospublicos" e www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção "pregão eletrônico".

5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.

5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.

7. Integram o presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – (Modelo) Planilha de Proposta Comercial

Anexo III - (Modelo) Declaração de Situação regular junto ao Ministério do Trabalho, de Inexistência de Fato Impeditivo para Contratar com a Administração e que Não Contrata Menores de 18 anos

Anexo IV - Termo de Ciência e Notificação

Anexo V - Minuta de Contrato

Anexo VI - Resolução SMA n.º 57/13

Anexo VII – Dados para Faturamento

8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 03 de junho de 2016.

ELISABETH SUTTER
Subscritora do Edital

JOSÉ TOLEDO MARQUES
Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de seguros para veículos da frota da Fundação Florestal

I. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Contratação de seguro compreensivo para os 72 Veículos Oficiais pertencentes ao Quadro de Frota desta Fundação Florestal, disponibilizados para uso nas Unidades de Conservações e Parques Estaduais do Estado de São Paulo.

Condições gerais do seguro

O seguro a ser contratado deverá atender a estas “Condições Gerais do Seguro”, abrangendo, em relação a todos os veículos, as modalidades “compreensiva – (colisão, incêndio, vidros, alagamentos e roubo/furto)”, “Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Materiais”, “Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Pessoais”, “Acidente Pessoal por Passageiro – APP” e “Assistência 24 horas”, como segue:

- a) Cobertura compreensiva: colisão, incêndio, roubo e furto, incêndio e explosão, ainda resultantes de atos praticados de forma isolada e eventual de terceiros, 100% tabela IPC – FIPE, na data de abertura do sinistro;
- b) Cobertura para responsabilidade civil facultativa – danos materiais R\$ R\$ 100.000,00 e danos corporais R\$ 100.000,00;
- c) Cobertura especial: reparo de vidros e retrovisores;
- d) Assistência 24 horas, guincho sem limite de quilometragem para atendimento em todo território nacional, inclusive no perímetro urbano da capital, com reboque disponível;
- e) Deverá ser considerada a perda total do veículo em caso de roubo, furto ou acidente, quando o valor estimado para sua recuperação exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de mercado do veículo;
- f) Franquia obrigatória;
- g) Região tarifária São Paulo/SP;
- h) Prazo de vigência do contrato: período de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura;
- i) Morte (por passageiro): R\$ 50.000,00;
- j) Invalidez permanente (por passageiro) R\$ 50.000,00

II – JUSTIFICATIVA:

A Fundação Florestal é a responsável pela gestão de 97 (noventa e sete) Unidades de Conservação em todo o Estado de São Paulo.

Para dar seqüência à sua complexa missão institucional, a Fundação Florestal possui a sua frota de veículos para cobrir as necessidades das Unidades de Conservação espalhadas pelo diversos municípios do Estado.

As saídas dos veículos ocorrem em visitas durante a semana e nos finais de semana na Capital e em outros Municípios em todo o Estado, percorrendo grandes distâncias.

Há necessidade de contratação de seguro destes veículos que compõem o patrimônio desta Fundação Florestal.

III. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS VEÍCULOS E ESPECIFICAÇÕES

Os veículos se encontram disponibilizados nos municípios, conforme relação, anexo III e especificação, anexo II.

IV. OBJETIVO DO SEGURO E LIMITE DE RESPONSABILIDADE

Pela apólice de Seguro de Automóveis, a seguradora garantirá, nos veículos nela mencionados, os prejuízos e despesas devidamente comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das

importâncias seguradas, fixadas pelo seguro, que constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis, de acordo com as condições a seguir enumeradas.

1. Riscos Cobertos

Para os fins deste seguro, consideram-se riscos cobertos aqueles expressamente convencionados nas Cláusulas Padrão de Cobertura, ratificadas no texto da apólice e que dela fazem parte integrante e que ocorram dentro do território brasileiro.

2. Objetivos Específicos

Proporcionar aos veículos oficiais utilizados pela Fundação Florestal e aos servidores desta, maior segurança e agilidade numa eventual situação de necessidade de auxílio da Seguradora, em ocorrências previstas no item 1.

V. OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. Disponibilizar assistência técnica 24 horas ou socorro mecânico aos veículos;
2. Possuir central de informações a clientes;
3. Dotar os veículos segurados de identificação de seguro e manual de procedimentos no caso de sinistro;
4. No caso de danos parciais nos veículos, decorrentes de qualquer dos sinistros previstos no item 1, o prazo para vistoria do veículo deverá ocorrer em até 72 horas após o ingresso do veículo em oficina.

VI. OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

1. Indicar, formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual;
2. Elaborar relação precisa dos veículos, bem como inclusões e exclusões de veículos ao contrato;
3. Comunicar toda e qualquer modificação nos veículos segurados;
4. Obrigações do Segurado em ocorrência de sinistro:
 - a) Tomar, o mais breve possível, todas as providências ao seu alcance para proteger o veículo sinistrado e evitar a agravação dos prejuízos;
 - b) Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de desaparecimento, roubo ou furto, total ou parcial do veículo segurado;
 - c) Dar imediato aviso à Seguradora pelo meio mais rápido de que dispuser, entregando-lhe, devidamente preenchido, formulário de AVISO DE SINISTRO, fornecido para esse fim, no qual deverá fazer o relato completo e minucioso do fato, mencionado: dia, hora, local exato e circunstância do acidente, nome, endereço e carteira de habilitação de quem dirigia o veículo, nome e endereço de testemunhas, providências de ordem policial que tenham sido tomadas e tudo mais que possa contribuir para o esclarecimento a respeito da ocorrência, bem como declarar a eventual existência de outros seguros em vigor sobre o mesmo veículo;
 - d) Aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos.

VII. CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS

O segurado procurará manter o veículo em bom estado de conservação e segurança.

VIII. ALTERAÇÕES

O segurado obriga-se a comunicar à seguradora imediatamente por escrito, quaisquer fatos ou alterações verificados durante a vigência desta apólice com referência aos veículos segurados, tais como:

- a) Transferência de posse ou propriedade do veículo segurado;
- b) Alteração no próprio veículo ou no uso do mesmo, como por exemplo, a inclusão do acessório (ar condicionado).

NOTA: A responsabilidade da Seguradora somente prevalecerá na hipótese de concordar, expressamente, com as alterações que lhe forem comunicadas, efetuando as necessárias modificações na apólice, por endosso.

IX. BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

Ficam excluídos do presente seguro:

1. Os rádios/e ou toca-fitas conjugados ou não, originais de fábrica ou não;

X. LIQUIDAÇÃO DE SINISTRO

1. A liquidação de qualquer sinistro coberto pelo contrato processar-se-á na seguinte conformidade:

a) tratando-se de danos ou avarias sofridas pelo veículo segurado, a Contratada poderá optar por:

- I) indenizar em moeda corrente;
- II) reparar os danos;

b) tratando-se de roubo ou furto do veículo segurado:

I) decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Contratada, à sua opção, indenizará a Contratante em moeda corrente.

III) no caso de perda total ou no caso de roubo ou furto, como está definido no item b desta cláusula, sem prejuízo das demais obrigações estipuladas nesta apólice, qualquer indenização somente será paga mediante apresentação dos documentos que comprovem os direitos de propriedade, livre e desembaraçada de qualquer ônus, sobre o veículo sinistrado.

2. No caso de perda total do veículo, a indenização limitar-se-á ao valor de mercado (tabela FIPE) na data da abertura do sinistro, considerando-se tipo, ano de fabricação e modelo, acrescido das despesas de socorro e salvamento por ventura existente.

3. A perda total do veículo ocorre por colisão, incêndio e outras causas, sempre que o valor dos prejuízos acrescidos das despesas de socorro ou salvamento for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor médio de mercado (tabela FIPE) do veículo de mesmo ano, marca, modelo.

XI. CLÁUSULA BENEFICIÁRIA

Qualquer indenização devida por prejuízos sofridos pelos veículos a que se refere o presente seguro, deverá ser paga ao contratante e as decorrentes de morte ou invalidez permanente deverão ser pagas ao beneficiário informado pela contratante.

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência está em conformidade com as condições usuais de mercado, e contém as especificações necessárias para o certame licitatório, além de consideradas as necessidades reais da Fundação Florestal.

XIII. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura.

XIV. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento da apólice será efetuado 30 (trinta) dias após o recebimento pelo Gestor do contrato.

XV. ANEXOS

ANEXO A - RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO FLORESTAL; e
ANEXO B - RELAÇÃO DAS LOCALIDADES COM RESPECTIVOS ENDEREÇOS

ANEXO A - RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO FLORESTAL.

Nº	PLACA	LOCALIZAÇÃO	MARCA	MODELO	COR	ANO FAB.	COMB	CHASSI	RENAVAM	CEP
1	CMW-0171	PE INTERVALES	Ford	RANGER	BRANCA	2002	DIESEL	8AFER13F82J255017	784820104	18315-000
2	DJL-8731	PE NASC. DO PARANAPANEMA	VW	PARATI	BRANCA	2011	FLEX	9BWGB05W8CP081224	453431860	18304-756
3	DJL-9311	GERÊNCIA LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	9BWAB05U4CP142170	405326718	02377-000
4	DJP-4521	APA CBT - BOTUCATU	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W06T196592	891143645	18605-560
5	DJP-4531	PESM N.PICINGUABA	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W36T197087	891144226	11680-000
6	DJP-8531	PESM N.CARAGUATATUBA	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13P49J220445	119121743	11660-970
7	EHL-4441	PE RESTINGA DA BERTIOGA	HONDA	NXR 150	VERMELHA	2012	FLEX	9C2KD0540CR532396	463239032	11250-000
8	DJP-8532	PESM N.CUNHA	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13P59J205355	119252503	12530-000
9	FQB-8912	PESM N.CARAGUATATUBA	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	FLEX	8AJFX29G1F6606879	1020428802	11660-970
10	BYZ-1403	EEC JUREIA ITATINS	HONDA	XR 250	BRANCA	2004	GAS	9C2MD34004R020076	838059392	11750-000
11	DFT-2013	PE INTERVALES	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2002	DIESEL	93XLNK3402C220174	781960843	18315-000
12	DJL-8733	RDS DE LAVRAS	CHEVROLET	MONTANA	BRANCA	2011	FLEX	9BGCA80X0CB210257	453431976	11950-000
13	DJP-4513	PE JUQUERY	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	9BWCB05W86P089987	891144072	07780-000
14	DJP-4533	APA CAMPOS DO JORDÃO	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W46T196952	891144382	12460-000
15	DJP-4543	PE XIXOVA JAPUI	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W06T196575	891143475	11325-010
16	GCB-8443	PE ILHA BELA	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	DIESEL	8AJFY22G4F8024979	1075254733	11630-970
17	CMW-3964	PE INTERVALES	VW	13.180	BRANCA	2005	DIESEL	9BWBE72S54R433113	838735487	18315-000
18	CVA-9154	DIRETORIA METROPOLITANA E INTERIOR	CHEVROLET	BLAZER	BRANCA	2000	GAS	9BG116ASOYC422091	734823258	02377-000
19	DJL-9304	GERÊNCIA DO INTERIOR	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	9BWAB05UXCP142299	405331843	02377-000
20	DJL-9314	DIRETORIA EXECUTIVA	Toyota	COTOLLA	PRETA	2011	FLEX	9BRBL42E7C4722944	405322607	02377-000



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls. _____

Processo FF 341/16

Rubrica

21	DJP-1784	RDS QUILOMBOS DE B.DO TURVO	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W96T196770	892864788	11955-000
22	DJP-2474	PE INTERVALES	Fiat	FIORINO	BRANCA	2006	GAS	9BD25504568783426	895833336	18315-000
23	DJP-8024	EEC ITABERÁ	VW	PARATI	BRANCA	2008	FLEX	9BWGC05WX9P101253	116675284	18440-000
24	DJP-8534	FF / SEDE	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13P49J205346	119250578	02377-000
25	EEF-8114	APA MORRO DE SÃO BENTO	Ford	FIESTA	BRANCA	2009	FLEX	9BFZF55PXA8499536	183444205	14050-000
26	DJL-9305	GERÊNCIA DO ALTO PARANAPANEMA	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	9BWAB05UXCP142495	405343744	02377-000
27	DJP-4555	APA CBT - BOTUCATU	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W66T196662	891143211	18605-560
28	DJP-4565	PE CAVERNA DO DIABO	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W86T196680	891142967	11960-000
29	DJP-8535	PE INTERVALES	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13P29J205345	119257750	18315-000
30	EOB-4065	PE CANTAREIRA	Ford	RANGER	BRANCA	2011	DIESEL	8AFER13P4CJ476057	406624488	02377-000
31	FBM-4725	PESM N. ITARIRÚ	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	93XFRKB9TFCE07010	1037258492	11790-000
32	GBK-0655	PESM N.ITUTINGA PILÕES	RENAULT	DUSTER	BRANCA	2015	FLEX	93YHSRC4NGJ130535	1067893250	11543-200
33	BYZ-1376	PE INTERVALES	HONDA	XR 250	BRANCA	2004	GAS	9C2MD34004R024267	838059430	18315-000
34	CMW-3556	PE INTERVALES	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2004	DIESEL	93XLNK3405C437012	838736017	18315-000
35	DFR-5796	FF / SEDE	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2002	DIESEL	93XLNK3402C219496	781956382	02377-000
36	DJL-8736	FF / SEDE	Ford	TRANSIT 350L BUS	BRANCA	2011	DIESEL	WFODXXTBFBTY57662	453443354	02377-000
37	DJP-1906	PE FURNAS DO BOM JESUS	VW	PARATI	BRANCA	2008	FLEX	9BWGC05W49P101636	116676485	14470-000
38	DJP-8536	PESM N.SANTA VIRGINIA	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13P39J205340	119117843	12140-000
39	EEF-7106	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA	VW	PARATI	BRANCA	2009	FLEX	9BWGB05W9AP027413	171255178	18320-000
40	FCL-9166	FF / SEDE	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	93XFRKB9TFCE06654	1037098215	02377-000
41	FSB-5846	PESM N.SÃO SEBASTIÃO	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	FLEX	8AJFX29G5F6606867	1020429604	11600-000
42	CMW-0157	PE INTERVALES	Ford	RANGER	BRANCA	2002	DIESEL	8AFER13F62J255016	781738075	18315-000
43	CMW-3577	PE INTERVALES	VW	PARATI	BRANCA	2004	FLEX	9BWDB05X05T041113	838735797	18315-000
44	DFR-5837	FF / SEDE	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2002	DIESEL	93XLNK3402C220139	781960088	02377-000



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls. _____

Processo FF 341/16

Rubrica

45	DJL-8737	PE CARLOS BOTELHO	VW	PARATI	BRANCA	2011	FLEX	9BWGB05W8CP081370	453431852	18230-000
46	DJL-9317	GERÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	9BWAB05U6CP142011	405345984	02377-000
47	DJM-2167	FF / SEDE	Fiat	PALIO	BRANCA	2012	FLEX	9BD373121D5011345	486759415	02377-000
48	DJP-4517	PE MARINHO DA LAJE DE SANTOS	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	9BWDB05W86T196792	891142347	11030-906
49	DJP-4527	FEENA - RIO CLARO	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	9BWCB05WX6P090669	891142665	13500-970
50	DJP-8537	FF / SEDE	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13P99J205343	119118068	02377-000
51	FBI-3157	PE RIO TURVO	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	93XFRKB9TFCE07073	1037098045	11950-000
52	FCN-5647	DIRETORIA LITORAL SUL	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	93XFRKB9TFCE07138	1037258743	02377-000
53	CMW-0158	PE CAMPINA DO ENCANTADO	VW	PARATI	BRANCA	2002	Álcool	9BWDB05XX2T150478	781848857	11990-000
54	DJL-8748	PE ILHA BELA	CHEVROLET	MONTANA	BRANCA	2011	FLEX	9BGCA80X0CB217779	453431836	11630-970
55	DJP-1788	MARINA PIER DO SACO DA RIBEIRA	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	9BWCB05WX6P096214	892865008	11680-000
56	DJP-1798	PE JURUPARA	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	9BWCB05W46P096273	892866640	18150-000
57	DJP-3148	EEC BAURU	VW	PARATI	BRANCA	2008	FLEX	9BWGC05WX9P101026	116677090	13700-000
58	DJP-8538	FF / SEDE	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13P69J205347	119118114	02377-000
59	EEF-0238	APA SISTEMA CANTAREIRA	VW	PARATI	BRANCA	2009	FLEX	9BWGB05W59P117671	129601594	13092-546
60	EVE-2518	PE RESTINGA DA BERTIOGA	VW	GOL	BRANCA	2013	FLEX	9BWAB45U6DP012870	461581671	11250-000
61	FZL-9418	PE CAMPOS DO JORDÃO	YAMAHA	XTZ 150 CROSSER	BRANCA	2015	FLEX	9C6DG2510F0018059	1064380325	12460-000
62	DIT-8279	APA SÃO FRANCISCO XAVIER	VW	PARATI	BRANCA	2003	Álcool	9BWDB05X53T122606	802335560	12010-970
63	DJP-4519	APA ILHA COMPRIDA	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	9BWCB05W26P090732	891141740	11920-000
64	DJP-8539	FF / SEDE	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13PX9J205349	119118181	02377-000
65	CMW-3560	PE PORTO FERREIRA	VW	SAVEIRO	BRANCA	2004	FLEX	9BWEB05X95P030740	838735606	13660-000
66	DJL-8760	MON.NATURAL.EST.PEDRA GRANDE	VW	PARATI	BRANCA	2011	FLEX	9BWGB05W8CP081465	453431844	12954-070
67	DJL-9280	LIT.NORTE E BAIXADA SANTISTA	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	9BWAB05UXCP142271	405346840	02377-000
68	DJP-1820	PE INTERVALES	Peugeot	BOXER	BRANCA	2006	DIESEL	936ZCPMNC62002608	893580678	18315-000



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls. _____

Processo FF 341/16

Rubrica

69	DJP-1830	DIRETORIA METROPOLITANA E INTERIOR	GM	S10	BRANCA	2006	DIESEL	9BG138JJ07C403937	893579866	02377-000
70	DJP-8540	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	8AFER13PX9J205352	119120615	18320-000
71	FWN-8360	PE CAMPOS DO JORDÃO	YAMAHA	XTZ 150 CROSSER	BRANCA	2015	FLEX	9C6DG2510F0021623	1064379807	12460-000
72	FZL-7610	PESM N.ITUTINGA PILÕES	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	FLEX	8AJFX29G7F6606837	1020429965	11543-200

ANEXO B - RELAÇÃO DAS LOCALIDADES COM RESPECTIVOS ENDEREÇOS

**RELAÇÃO DAS LOCALIDADES COM RESPECTIVOS ENDEREÇOS
DEPENDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Sede da Fundação Florestal	Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - SP - CEP 02377-000
Parque Estadual da Cantareira	Rua do Horto, 1977 - Horto Florestal
Parque Ecológico do Guarapiranga	Estrada da Riviera, 3286 - Guarapiranga - SP - CEP 05184-000
Parque Estadual do Jaraguá	Rua Antonio Cardoso Nogueira, 539 - Jaraguá - SP - CEP 05184-000
Gerência do Vale do Paraíba	Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - SP - CEP 02377-000
Estação Ecológica Itapeti	Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - SP - CEP 02377-000

DEPENDÊNCIAS EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

APA Botucatu	Rua Cardoso de Almeida, 2.839 – Botucatu – SP CEP 18605-560
APA Cajati, Planalto do Turvo, Rio Pardinho e Rio Vermelho	Av. Clara Geanotti de Souza, nº 1.139 – Registro –SP CEP 11900-000
APA Campos do Jordão e Sapucaí Mirim	Av. Pedro Paulo, s/nº - Horto Florestal – Campos do Jordão –SP CEP 12460-000
APA Corumbataí e Piracicaba Juqueri Mirim (Area I)	Rua Cardoso de Almeida, 2.839 – Botucatu – SP CEP 18605-560
APA Marinha Litoral Norte	Rua Esteves da Silva, 150 Centro Ubatuba SP
APA Morro de São Bento	Av. Fabio Barreto, 41 – Vila Tibério –Ribeirão Preto –SP CEP 14050-000
APA São Francisco Xavier	Rodovia Oswaldo Cruz, km 14 – Registro – SP CEP 12010-970 Caixa Postal 102
APA Sistema Cantareira Piracicaba Juqueri Mirim Área II	Rodovia Heitor Penteado, km 3,5 – Campinas –SP CEP 13092-546
Estação Ecológica de Bananal	Rod. Oswaldo Cruz, km 14 - CP 102, Bairro do Registro - Taubaté - SP - CEP 12010-970
Estação Ecológica Caetetus	Rod. SP 331 km 186 - Alvinlândia/Gália - SP - CEP 19970-000
Estação Ecológica Chauás	Iguape - SP
Estação Ecológica Itaberá	Rodovia SP - 258 - km 312 - Bairro Engº Maia - Itaberá - SP - CEP 18440-000
Estação Ecológica Jataí	Estrada da Fazenda Jataí, s/nº - Luis Antônio –SP CEP 14210-000
Estação Ecológica Juréia Itatins	Estrada do Guaraú, 4.164 - CP 159 - Peruíbe - SP - CEP 11750-000
Estação Ecológica Paranapanema	Rod. Raposo Tavares km 241 - Paranapanema - SP



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls. _____

Processo FF 341/16

Rubrica

Estação Ecológica Paulo de Faria	Rua Bom Jesus, 1.111 - Paulo de Faria - SP - CEP 15490-000
Estação Ecológica de Ribeirão Preto	Rua Afonso Arinos, 842 - Vila Virginia - Ribeirão Preto - SP - CREP 14030-530
Estação Experimental de Bauru	Av. Rodrigues Alves - Quadra 3 - 25 - Bairro Redentor - SP - CERP 13700-000
Estação Experimental de Luis Antonio	Luis Antonio - SP
Floresta Estadual Navarro de Andrade	Av. Navarro de Andrade, s/n - Bairro Horto Florestal - Rio Claro - SP - CEP 13500-970
Marina Pier Saco da Ribeira	Av. Plínio de França, 85 - Fundação Florestal - Ubatuba - SP
Monumento Natural Pedra Grande	Atibaia - SP
Parque Estadual Campina do Encantado	Rua Santo Saete, 262 - Pariquera-Açu - SP - CEP 11990-000
Parque Estadual Campos do Jordão	Av. Pedro Paulo, s/n - Campos do Jordão - SP - CEP 12460-000
Parque Estadual Carlos Botelho	Rodovia SP 139, km 78,4 - B. do Abaitinga - São Miguel Arcanjo - SP - CEP 18230-000
Parque Estadual Caverna do Diabo	Rua Leôncio Marques Freitas da Silva, 248 - Centro - Cep:11960-000 - Eldorado-SP
Parque Estadual Furnas do Bom Jesus	Av. Orestes Quércia, km 2,5 - Pedregulho - SP
Parque Estadual Ilha do Cardoso	Av. Prof. Wladimir Besnard, s/n - Cananéia - SP - CEP 11990-900
Parque Estadual Ilha Anchieta	Av. Plínio de França, 85 - Fundação Florestal - Ubatuba - SP - CEP 11680-970
Parque Estadual Ilhabela	R. Morro da Cruz, 608 - Ilhabela - SP - CEP 11630-970
Parque Estadual Intervalles	Estrada Municipal, km 25 - Parque Intervalles - Ribeirão Grande - SP
Parque Estadual Lagamar de Cananéia	Av. Prof. Wladimir Besnard, s/n - Cananéia - SP - CEP 11990-900
Parque Estadual Juquery	Rua Miguel Segundo Lerussi, s/n, Franco da Rocha - SP - CEP 07780-000
Parque Estadual Jurupará	Ibiuna e Piedade
Parque Estadual Marinho Laje de Santos	R. Bartolomeu de Gusmão, 192 - Embaré - Santos - SP -M CEP 11030-906
Parque Estadual Morro do Diabo	Morro do Diabo - SPV 28 - KM 11 - Teodoro Sampaio -SP CEP 19280-000
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR	Av. Isidoro A. Santiago, 364 - Apiai - SP - CEP 18320-000
Parque Estadual Porto Ferreira	Rodovia SP-215 km 89 - Porto Ferreira - SP CEP 13660-000
Parque Estadual Restinga de Bertiooga	Bertiooga - SP
Parque Estadual Rio Aguapeí	Centro - Tupi Paulista
Parque Estadual Rio do Peixe	Rua Curitiba, 1001 - Edifício Ouro Verde, 7º Andar, sala 701 - Centro - CEP: 17890-000 - Junqueirópolis/SP



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls. _____

Processo FF 341/16

Rubrica

Parque Estadual Rio Turvo	Rodovia Régis Bittencourt, km 511/Sul B° Capelinha, Cajati
Parque Estadual Vassununga	Rodovia SP 330, km 245 - Santa Rita do Passa Quatro - SP
Parque Estadual Xixová-Japuí	R. Saturnino de Brito - Centro - São Vicente - SP
PESM Núcleo Caraguatatuba	R. do Horto, 1200 - B. Rio do Ouro - Caraguatatuba - SP - CEP 11660-970
PESM Núcleo Cunha	Praça Midair José Teodoro, nº101 - Bairro do Areião/ Cunha -SP CEP 12530-000
PESM Núcleo Curucutú	Estrada da Bela Vista, 7.090, Bairro Embura do Alto - Juquitiba - SP
PESM Núcleo Itutinga Pilões	Estrada Elias Zarzur, Km 8, s/nº - Cubatão -SP
PESM Núcleo Itariru	Estrada do Caracol , nº410 - bairro Caracol/ Pedro de Toledo -SP CEP 11790-000
PESM Núcleo Picinguaba	Rua Dr. Esteves da Silva, nº510 – Centro/ Ubatuba -SP
PESM Núcleo Santa Virginia	Rodovia Dr. Oswaldo cruz, km 78 – Alto da Serra / São Luis do Paraitinga -SP CEP 12140-000
PESM Núcleo São Sebastião	Praça Simeão Faustino, 17 – Juquehi – São Sebastião – SP CEP 11600-000
RDS Itapanhapima	Cananéia - SP
RDS Lavras	Cajati - SP
RDS Pinheirinhos	Barra do Turvo - SP
RDS Quilombos de Barra do Turvo	Barra do Turvo - SP

ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA COMERCIAL

À
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Rua do Horto, 931 –Prédio 2 -1ºAndar- Horto Florestal - São Paulo –SP

PROCESSO Nº. 341/2016

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. E- 47/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO COMPREENSIVO PARA OS 72 VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO QUADRO DE FROTA DESTA FUNDAÇÃO FLORESTAL, DISPONIBILIZADOS PARA USO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÕES E PARQUES ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

1) Após analisarmos os termos da licitação em referência, bem como as condições previstas no Termo de Referência – Anexo I, propomo-nos a executar os serviços, objeto em referência, pelo **valor total** de R\$ _____ (_____), conforme planilha abaixo:

2) O preço acima é final e nele estão incluídos todos os custos, tributos, taxas, encargos sociais e demais despesas relativas ao serviço objeto da contratação, de forma a se constituírem nas contraprestações a ser paga pela **Fundação Florestal**.

Nº	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO FAB.	COMB	FRANQUIA	Valor Unitário (MÊS)	Valor Total (ANO)
1	CMW-0171	Ford	RANGER	BRANCA	2002	DIESEL	R\$ 1.485,46		
2	DJL-8731	VW	PARATI	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.997,00		
3	DJL-9311	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.790,25		
4	DJP-4521	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		
5	DJP-4531	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		
6	DJP-8531	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
7	EHL-4441	HONDA	NXR 150	VERMELHA	2012	FLEX	R\$ 1.068,00		
8	DJP-8532	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
9	FQB-8912	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	FLEX	R\$ 6.731,07		
10	BYZ-1403	HONDA	XR 250	BRANCA	2004	GAS	R\$ 1.068,00		
11	DFT-2013	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2002	DIESEL	R\$ 3.608,00		
12	DJL-8733	CHEVROLET	MONTANA	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 2.100,00		
13	DJP-4513	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.790,25		
14	DJP-4533	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		
15	DJP-4543	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		



16	GCB-8443	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	DIESEL	R\$ 6.731,07		
17	CMW-3964	VW	13.180	BRANCA	2005	DIESEL	R\$ 3.036,00		
18	CVA-9154	CHEVROLET	BLAZER	BRANCA	2000	GAS	R\$ 3.580,50		
19	DJL-9304	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.790,25		
20	DJL-9314	Toyota	COTOLLA	PRETA	2011	FLEX	R\$ 3.008,00		
21	DJP-1784	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		
22	DJP-2474	Fiat	FIORINO	BRANCA	2006	GAS	R\$ 1.963,50		
23	DJP-8024	VW	PARATI	BRANCA	2008	FLEX	R\$ 1.963,50		
24	DJP-8534	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
25	EEF-8114	Ford	FIESTA	BRANCA	2009	FLEX	R\$ 1.719,00		
26	DJL-9305	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.790,25		
27	DJP-4555	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		
28	DJP-4565	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		
29	DJP-8535	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
30	EOB-4065	Ford	RANGER	BRANCA	2011	DIESEL	R\$ 3.608,00		
31	FBM-4725	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	R\$ 3.608,00		
32	GBK-0655	RENAULT	DUSTER	BRANCA	2015	FLEX	R\$ 6.731,07		
33	BYZ-1376	HONDA	XR 250	BRANCA	2004	GAS	R\$ 1.068,00		
34	CMW-3556	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2004	DIESEL	R\$ 3.608,00		
35	DFR-5796	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2002	DIESEL	R\$ 3.608,00		
36	DJL-8736	Ford	TRANSIT 350L BUS	BRANCA	2011	DIESEL	R\$ 6.731,07		
37	DJP-1906	VW	PARATI	BRANCA	2008	FLEX	R\$ 1.963,50		
38	DJP-8536	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
39	EEF-7106	VW	PARATI	BRANCA	2009	FLEX	R\$ 1.963,50		
40	FCL-9166	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	R\$ 3.608,00		
41	FSB-5846	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	FLEX	R\$ 6.731,07		
42	CMW-0157	Ford	RANGER	BRANCA	2002	DIESEL	R\$ 1.485,46		
43	CMW-3577	VW	PARATI	BRANCA	2004	FLEX	R\$ 1.963,50		
44	DFR-5837	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2002	DIESEL	R\$ 3.608,00		
45	DJL-8737	VW	PARATI	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.997,00		
46	DJL-9317	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.790,25		
47	DJM-2167	Fiat	PALIO	BRANCA	2012	FLEX	R\$ 1.061,19		
48	DJP-4517	VW	PARATI	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.963,50		
49	DJP-4527	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.790,25		
50	DJP-8537	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		



51	FBI-3157	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	R\$ 3.608,00		
52	FCN-5647	MITSUBISHI	L200	BRANCA	2014	FLEX	R\$ 3.608,00		
53	CMW-0158	VW	PARATI	BRANCA	2002	Álcool	R\$ 1.963,50		
54	DJL-8748	CHEVROLET	MONTANA	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 2.100,00		
55	DJP-1788	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.790,25		
56	DJP-1798	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.790,25		
57	DJP-3148	VW	PARATI	BRANCA	2008	FLEX	R\$ 1.963,50		
58	DJP-8538	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
59	EEF-0238	VW	PARATI	BRANCA	2009	FLEX	R\$ 1.963,50		
60	EVE-2518	VW	GOL	BRANCA	2013	FLEX	R\$ 1.790,25		
61	FZL-9418	YAMAHA	XTZ 150 CROSSER	BRANCA	2015	FLEX	R\$ 2.068,00		
62	DIT-8279	VW	PARATI	BRANCA	2003	Álcool	R\$ 1.963,50		
63	DJP-4519	VW	GOL	BRANCA	2006	FLEX	R\$ 1.790,25		
64	DJP-8539	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
65	CMW-3560	VW	SAVEIRO	BRANCA	2004	FLEX	R\$ 1.963,50		
66	DJL-8760	VW	PARATI	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.997,00		
67	DJL-9280	VW	GOL	BRANCA	2011	FLEX	R\$ 1.790,25		
68	DJP-1820	Peugeot	BOXER	BRANCA	2006	DIESEL	R\$ 3.795,41		
69	DJP-1830	GM	S10	BRANCA	2006	DIESEL	R\$ 1.750,25		
70	DJP-8540	Ford	RANGER	BRANCA	2008	DIESEL	R\$ 3.608,00		
71	FWN-8360	YAMAHA	XTZ 150 CROSSER	BRANCA	2015	FLEX	R\$ 2.068,00		
72	FZL-7610	TOYOTA	HILUX	BRANCA	2015	FLEX	R\$ 6.731,07		

1 - A totalidade do objeto desta licitação deverá ser executada nos locais conforme Anexo I deste edital, correndo por conta da mesma as despesas de seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

2 - Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

3 - Demais condições: Em conformidade com o edital e seus anexos.

4 - Condições de Pagamento: 30 dias

5 - Vigência: **12 (doze) meses**

6 - Demais condições, de acordo com o edital e seus anexos.

Data ____/____/2016.

(Nome do Representante)

(Nome da Empresa)

**ANEXO III – (MODELO) DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR JUNTO AO
MINISTÉRIO DO TRABALHO, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E QUE NÃO CONTRATA MENORES DE 18
ANOS**

_____, (nome da licitante) _____, CNPJ nº. _____, sediada
_____, por intermédio de seu
representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe,
DECLARA expressamente que conhece e aceita as condições constantes do
Edital em referência e seus anexos, bem como:

- a) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218 de fevereiro de 1998, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- c) Atende às normas de saúde e segurança do trabalho, em conformidade com a Lei Federal 6514 de 22/12/77 e com a Portaria 3.214 de 08/06/78;
- d) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme Decreto nº 42.911 de 06/03/98.

_____, _____ de _____ de 2016.
(Local)

(Assinatura do responsável)
Nome: _____

Cédula de Identidade nº.: _____

ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO FLORESTAL
CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATO Nº: XX/XXXX/XXX
OBJETO:

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciandos e, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, XX de XXXXXX de XXXX.

<NOME>
CONTRATANTE

<NOME>
CONTRATADA

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº _____
CONTRATO Nº _____/ _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, E A EMPRESA (INSERIR O NOME DA EMPRESA), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COMPREENSIVO PARA OS 72 VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO QUADRO DE FROTA DESTA FUNDAÇÃO FLORESTAL, DISPONIBILIZADOS PARA USO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÕES E PARQUES ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, nesta cidade, _____, compareceram de um lado FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede à Rua do Horto, nº 931, Horto Florestal, nesta Capital, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 56.825.110/0001-47, e com Inscrição Estadual nº 111.796.293.112, neste ato representada pelo Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro, Dr. José Toledo Marques, RG nº _____, no uso da competência conferida pelo Decreto nº _____ de ____/____/____, publicado no Diário Oficial do Estado em _____, pagina 01, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____ com sede, à Rua _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da adjudicação efetuada na licitação _____, conforme despacho exarado às fls. _____ do Processo nº _____, pelo presente instrumento avençam um contrato de prestação de serviços de **SEGURO COMPREENSIVO PARA OS 72 VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO QUADRO DE FROTA DESTA FUNDAÇÃO FLORESTAL, DISPONIBILIZADOS PARA USO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÕES E PARQUES ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**, sujeitando-se às normas da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive Resolução SMA nº 57/2013, e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui o objeto do contrato a prestação de serviços de seguro compreensivo para os 72 veículos oficiais pertencentes ao quadro de frota desta Fundação Florestal, disponibilizados para uso nas Unidades de Conservações e

Parques Estaduais do Estado de São Paulo, de acordo com o Termo de Referência e proposta da contratada que integram o presente instrumento.

1.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação, a saber:

- a) Contrato Social atualizado;
- b) Certidão Negativa de Débito – CND fornecida pela Previdência Social;
- a) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor do presente contrato é de R\$ (.....), referente ao exercício de 201X.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste contrato, pelo preço total, constantes da sua proposta comercial, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste instrumento de contrato, do Edital da Licitação e seus anexos, em especial as definidas nos Diplomas Federal e Estadual de Licitações, cabe à CONTRATADA:

3.1. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

3.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;

3.3. Indicar preposto(s), para a perfeita execução dos serviços objeto deste contrato;

3.4. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízo causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

3.5. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações;

3.6. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como transportes, fretes, cargas e descargas, etc;

3.7. Cumprir as normas Municipais, Estaduais e Federais que interfiram na execução do Contrato;

3.8. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do Contrato;

3.9. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observação realizada pela CONTRATANTE;

3.10. Fornecer guincho sem limite de quilometragem;

3.11. Disponibilizar assistência de técnica 24 horas e socorro mecânico aos veículos, **sem limites de atendimentos**, que deverá atender aos chamados do Contratante no prazo máximo de **01 (uma) hora**;

3.12. Possuir central de informações ao cliente;

3.13. Dotar os veículos segurados de identificação de seguro e manual de procedimentos no caso de sinistro;

3.14. Em caso de sinistro, o prazo para indenização das coberturas **não poderá ser superior a 30 (trinta) dias**, a contar da comunicação do sinistro pelo Contratante;

3.15. Deverão ser observadas as leis, decretos e normas regulamentadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

3.16. No caso de danos parciais nos veículos, decorrentes de qualquer dos sinistros previstos no item 1 do Termo de Referência – Anexo I do contrato, o prazo para vistoria do veículo deverá ocorrer em até 72 horas após o ingresso do veículo em oficina.

4. CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste instrumento de contrato, do Edital da Licitação e seus anexos, em especial as definidas nos Diplomas Federal e Estadual de Licitações, cabe à CONTRATANTE:

4.1.2. Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido neste contrato;

4.1.3. Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços contratados.

4.1.4. Indicar, formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual;

4.1.5. Elaborar relação precisa dos veículos, bem como inclusões e exclusões de veículos ao contrato;

4.1.6. Comunicar toda e qualquer modificação nos veículos segurados;

4.1.7. Obrigações do Segurado em ocorrência de sinistro:

a) Tomar, o mais breve possível, todas as providências ao seu alcance para proteger o veículo sinistrado e evitar a agravação dos prejuízos;

b) Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de desaparecimento, roubo ou furto, total ou parcial do veículo segurado;

c) Dar imediato aviso à Seguradora pelo meio mais rápido de que dispuser, entregando-lhe, devidamente preenchido, formulário de AVISO DE SINISTRO, fornecido para esse fim, no qual deverá fazer o relato completo e minucioso do fato, mencionado: dia, hora, local exato e circunstância do acidente, nome, endereço e carteira de habilitação de quem dirigia o veículo, nome e endereço de testemunhas, providências de ordem policial que tenham sido tomadas e tudo mais que possa contribuir para o esclarecimento a respeito da ocorrência, bem como declarar a eventual existência de outros seguros em vigor sobre o mesmo veículo;

d) Aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos.

5. CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, após a assinatura do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prêmio será realizado mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil, conta nº _____ Agência nº. ___, sendo que a data de exigibilidade do referido pagamento será estabelecida, observadas as seguintes condições:

a) em 30 dias, contados da data da emissão da apólice, atestada pelo gestor desta Fundação Florestal, e encaminhada ao Setor de Despesas da Fundação Florestal, situado à Rua do Horto, nº 931 – Prédio 2 – 1º andar – Horto Florestal – SP.

6.2. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/89, bem como juros

moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

6.3. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento, e inexistência de débitos junto ao sistema da Seguridade Social INSS (art.195 da C.F.) e inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia – FGTS.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Fica dispensada a prestação de garantia à execução contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

8.3 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários, referentes ao pessoal destacado para a execução de quaisquer operações relacionadas ao cumprimento do presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP10 de 19 de novembro de 2002.

9.2 A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SMA nº 57/13, de 12/07/2013, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no sitio www.sancoes.sp.gov.br.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

11.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

11.2.1. A fiscalização da CONTRATANTE não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais;

11.2.2. Fiscalizar os serviços prestados pela rede de postos credenciados objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade.

11.3. Para efeito do disposto nesta cláusula, o Diretor Executivo da Fundação Florestal, designará através de Portaria, o responsável para exercer a função do Gestor/Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8666/93.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. A “Contratante” em todo o tempo e sem qualquer ônus ou responsabilidade para si, e independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, poderá, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis à “Contratada”, rescindir este contrato, com base e na forma das disposições contidas nos artigos 77,78 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigos 75 à 78, da Lei Estadual nº 6.544/89.

PARÁGRAFO ÚNICO

12.2. A Contratada reconhece, desde já, os direitos da Contratante nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93, c.c. o artigo 77 da Lei Estadual nº 6.544/89.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Edital de Licitação nº E-47/2016 e seus anexos;
- b) a proposta apresentada pela Contratada;
- c) a Resolução SMA-57, de 13/07/13

13.2. É defeso à Contratada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, bem como sua cessão ou transferência, total ou parcial.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica desde já eleito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, o Foro da Comarca de São Paulo, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, de de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____

RG:

2) _____

RG:

ANEXO VI – RESOLUÇÃO SMA 57/2013

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 13/07/2013

Resolução SMA-57, de 12-07-2013

Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência multas relativas aos procedimentos de contratação, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 3º do Decreto estadual 31.138, de 09-01-1990, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto estadual 33.701, de 22-08-1991, e considerando as disposições das Leis federais 8.666, de 21-06-1993, e 10.520, de 17-07-2002, e da Lei estadual 6.544, de 22-06-1989,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária de advertência, a que se referem o artigo 7º da Lei federal 10.520, de 17-07-2002, os artigos 81, 86 e 87, I e II, da Lei federal 8.666, de 21-06-1993, e os artigos 79, 80 e 81, I e II, da Lei estadual 6.544, de 22-06-1989, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, o que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução da Casa Civil 52, de 19-07-2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

CAPÍTULO II - DOS PRAZOS

Artigo 4º - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 5º - Da decisão, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Artigo 6º - A contagem dos prazos de entrega e de início de execução será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no instrumento contratual.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 7º - A inexecução total ou parcial de contratos, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado na execução, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência; e/ou

II - multas.

Artigo 8º - A pena de advertência será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez, exceto nas contratações decorrentes de certames realizados na modalidade pregão, prevista na Lei federal 10.520, de 17-07-2002.

Artigo 9º - A pena de multa será assim aplicada:

I - de 30% do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;

II - de 30% do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;

III - de 1% do valor corrigido da avença, no caso de atraso injustificado na execução do contrato, acrescido de:

a) 0,2% ao dia, para atrasos de até 30 dias;

b) 0,4% ao dia, para atrasos superiores a 30 dias, no que exceder ao prazo previsto na alínea “a” deste inciso.

§ 1º - Os percentuais de que tratam as alíneas “a” e “b”, do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.

§ 2º - A reincidência no descumprimento do prazo de entrega ensejará a aplicação da multa em dobro.

§ 3º - O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.

§ 4º - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no §3º, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação.

§ 5º - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.

§ 6º - A aplicação da penalidade de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

Artigo 10 - O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado inexecução total, salvo razões de interesse público expostos em ato motivado da autoridade competente.

Artigo 11 - A recusa injustificada, impedimento de corrente de descumprimento de obrigações assumidas durante a licitação ou impedimento legal do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 30% valor total corrigido da avença.

Parágrafo único - o valor da multa de que trata este artigo, deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10(dez) dias corridos contados da notificação.

Artigo 12 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 13 - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis federais 8.666, de 21-06-1993, e 10.520, de 17-07-2002, e na Lei estadual 6.544, de 22-06-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

Artigo 14 - Independentemente das sanções estabelecidas os incisos I e II, do artigo 9º, artigo 11 e artigo 13, a adjudicatária/contratada, em razão de sua inadimplência, arcará, ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente.

CAPÍTULO IV - DA COMPETÊNCIA

Artigo 15 - São competentes para aplicar, no âmbito das respectivas unidades de despesas, as sanções de advertência multa, estabelecidas nesta Resolução, os ordenadores de despesas.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16 - O valor das multas terá como base de cálculo o valor da contratação, reajustado, e atualizado monetariamente pelo índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo recolhimento.

Artigo 17 - A contagem do prazo será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomado quando não aceito pelo contratante, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 18 - Observado as disposições desta Resolução, a autoridade só poderá deixar de aplicar a sanção se verificado que:

I - não houve infração ou que o notificado não foi o seu autor;

II - a infração decorreu de caso fortuito ou força maior.

Artigo 19 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, ou comunicadas às autoridades competentes, para fins de registro no referido Cadastro.

Artigo 20 - As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 21 - Cópia desta Resolução deverá, obrigatoriamente, integrar os atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 22 - Quanto às omissões desta Resolução, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 23 - A Chefia de Gabinete poderá expedir normas complementares, quando julgar necessárias, para orientação das ações a serem adotadas pelas unidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no cumprimento das disposições desta Resolução.

Artigo 24 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO VII – DADOS PARA FATURAMENTO

IMPORTANTE

1) As informações relacionadas abaixo deverão constar na nota fiscal:

FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 56.825.110/0001-47

Inscrição Estadual nº 111.796.293.112

Endereço: Rua do Horto, 931, Horto Florestal – São Paulo/ SP

CEP: 02377-000

OBS: Chamamos a atenção de que deverá constar no campo apropriado o número da **Inscrição Estadual.**